



HOMOLOGAÇÃO	
D.M.	4 / 12 / 01
D.O.U.	F 112 101 Seção 1E P.25
ATO:	PM-2567 4/12/01
D.O.U.	F 112 101 Seção 1E P.24

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

1265/01

INTERESSADO: Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira		UF: MG
ASSUNTO: Autorização para o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira, na cidade de Itabira, no Estado de Minas Gerais.		
RELATOR: Yugo Okida		
PROCESSO: 23000.000619/2000-28		
PARECER Nº: CNE/CES 1.265/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/10/2001

II – VOTO DO RELATOR

Acolho o Relatório SESu/COSUP 903/2001, e voto favoravelmente à autorização do curso de Direito; bacharelado, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira, mantida pela Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira, ambas com sede na cidade de Itabira, no Estado de Minas Gerais, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, sendo 100 (cem) vagas no turno noturno e 50 (cinquenta) no turno diurno, regime semestral, divididas em turmas de 50 (cinquenta) alunos, com uma entrada anual, com conceito global “C” atribuído às condições iniciais de sua oferta. A Instituição deverá atender as recomendações apresentadas no relatório da Comissão de Avaliação bem como observar o disposto no artigo 4º da Portaria SESu/MEC 1.647/2000 e Portaria MEC 971/97.

Brasília(DF), 03 de outubro de 2001.

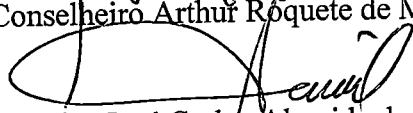

Conselheiro Yugo Okida – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 2001


Conselheiro Arthur Róquete de Macedo – Presidente


Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

Okida

1265/2001
ok

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DO ENSINO SUPERIOR
COORDENAÇÃO GERAL DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR**

RELATÓRIO SESu/COSUP N.º 903/2001

Processo n.º : 23000.000619/2000-28
Interessada : FUNDAÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR DE ITABIRA
CNPJ n.º : 73.610.818/0001-08
Assunto : Autorização para o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira, na cidade de Itabira, no Estado de Minas Gerais.

I.- HISTÓRICO

A Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira solicitou a este Ministério, nos termos da Portaria Ministerial n.º 641/97, a autorização para o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas, na cidade de Itabira, no Estado de Minas Gerais, com 150 vagas totais anuais, sendo 100 vagas para o turno noturno e 50 vagas para o turno diurno, distribuídas em turmas de 50 alunos, com uma entrada anual.

A Faculdade de Ciências Humanas de Itabira, com os cursos de Ciências, de Letras e de Estudos Sociais, licenciaturas de 1º Grau, foi autorizada a funcionar mediante o Decreto n.º 85.735/81, de 2 de fevereiro de 1981, à época mantida pela Fundação Itabirana Difusora do Ensino.

A Portaria n.º 01/98, de 7 de janeiro de 1998, autorizou a transferência de mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas, da Fundação Itabirana Difusora do Ensino, para a Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira.

Tendo em vista a legislação vigente, o pedido foi enviado à consideração do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. No Parecer cuja homologação foi publicada no Diário da Justiça do dia 31 de julho de 2000, a Comissão de Ensino Jurídico da OAB manifestou-se desfavoravelmente ao pedido de criação do curso proposto.

Com o escopo de averiguar as condições iniciais existentes para a oferta do curso, a SESU/MEC mediante a Portaria n.º 2.538, de 28 de setembro de 2000, designou a Comissão de Avaliação, constituída pelos

[Handwritten Signature]
FCK 0619

professores José Luís Bolzan de Moraes, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e Vicente de Paulo Barreto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Os trabalhos de avaliação ocorreram nos dias 6, 7 e 8 de fevereiro de 2001. A Comissão apresentou relatório favorável à autorização para o funcionamento do curso de Direito, atribuindo conceito global "C às condições iniciais existentes para a sua oferta

A Comissão de Especialistas de Ensino de Direito, mediante o Parecer Técnico n.º 1002/2001-MEC/SESu/DEPES/COESP, ratificou o relatório da Comissão de Avaliação, recomendando a autorização do curso de Direito postulado.

II - MÉRITO

A Comissão de Avaliação atribuiu aos itens analisados os conceitos seguintes:

ITENS AVALIADOS	CONCEITOS
01. Egressos/perfil e habilidades	Prejudicado
02. Nível de qualificação do corpo docente	B
03. Adequação de professores às disciplinas de Direito	B
04. Dedicção e regime de trabalho	Prejudicado
05. Estabilidade do corpo docente	Prejudicado
06. Política de aperfeiçoamento/qualificação atualização docente	C
07. Qualificação do Responsável pela implantação do curso	D
08. Projeto Pedagógico	A
09. Biblioteca	Sem conceito
10. Laboratório(s) de computação	B
11. Política de uso do(s) laboratório(s)	B
12. Espaço físico, plano de manutenção e atualização dos equipamentos, softwares disponíveis e pessoal disponível	B
13. Estágio Supervisionado	B
14. Empresa Júnior	B
15. Administração Acadêmica	A
16. Infra-estrutura física	B
17. Corpo docente	Prejudicado
18. Auto-Avaliação	C
19. Pesquisa e Extensão	E
20. Envolvimento com a comunidade	D

Justificando o conceito global "C" atribuído às condições iniciais existentes para a oferta do curso, a Comissão de Avaliadores apresentou algumas considerações, a saber:



FCK 0619

A – o projeto encontra-se dentro dos padrões de qualidade exigíveis, apresentando de maneira geral todos os requisitos necessários;

B – as instalações também são adequadas, devendo atender à demanda prevista no projeto;

C – o projeto pedagógico espelha uma tentativa de especificar a realidade regional, construindo-se uma formação em Direito voltada aos interesses locais;

D – o quadro docente é composto por um razoável número de professores titulados, devendo-se ENTRETANTO, salientar que os mesmos, à exceção do provável coordenador do curso, não mantém ainda nenhum vínculo formal com a IES e em sua maioria – quase totalidade – residem em outros municípios e mantém relações profissionais com outras IES. Ainda, verifica-se que muitos estão realizando formação em nível de mestrado em um mesmo Programa de Pós-Graduação, o que pode prejudicar a necessária e diversificada aderência às disciplinas lecionadas. Por outro lado, o Plano de Cargos e Salários Docente está, ainda, em formatação, não prevendo, inclusive, diferenciação entre os diversos níveis de formação acadêmica;

E – com relação ao acervo bibliográfico enfatizamos a necessidade da IES adquirir material bibliográfico – livros e revistas – clássico e internacional.

Assim, com as ressalvas contidas neste Relatório de Verificação – apesar da impossibilidade de atribuir-se conceito ao quesito *egressos/perfil/habilidades*, pois trata-se de curso novo – a Comissão entendeu, em razão das possibilidades de ponderação e do critério aritmético do quadro de correlações (A=5, B=4, C=3, D=2 e E=1) – que atingiu média 3,2 (três vírgula dois), em atribuir um conceito global “C”, indicando a possibilidade da CEED/SESU opinar favoravelmente à autorização para funcionamento do curso de Direito da FUNCESI.

A Comissão de Especialistas de Ensino ratificou o relatório da Comissão de Avaliação, recomendando a autorização para o funcionamento do curso de Direito.

Acompanham este relatório os anexos:

A - Síntese das informações do processo e do relatório da Comissão Avaliadora;

B - Corpo docente;

C - Organização curricular.

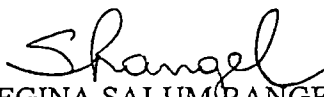
III – CONCLUSÃO

Encaminhe-se o presente processo à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, acompanhado do relatório da Comissão de Avaliação e do Parecer Técnico da Comissão de Especialistas de Ensino de Direito, que se manifestaram favoráveis à autorização para

funcionamento do curso de Direito, bacharelado, com 150 vagas totais anuais, 100 vagas para o turno noturno e 50 vagas para o turno diurno, distribuídas em turmas de 50 alunos, com uma entrada anual, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira, estabelecida na Rodovia MG 03, Córrego Seco, Bairro Areão, na cidade de Itabira, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira, com sede na cidade de Itabira, no Estado de Minas Gerais.

À consideração superior.

Brasília, 11 de julho de 2001.



SUSANA REGINA SALUM RANGEL
Coordenadora Geral de Supervisão do Ensino Superior
DEPES/SESu



LUIZ ROBERTO LIZA CURI
Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior
DEPES/SESu

ANEXO A

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DO PROCESSO E DO RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

A. 1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

N.º do Processo: 23000.000619/2000-28

Instituição: Faculdade de Ciências Humanas de Itabira

Endereço: Rodovia MG 03, Córrego Seco, Bairro Areão, Itabira/MG

Curso	Mantenedora	Total vagas anuais	Turno(s) funcionamento	Regime de matrícula	Carga horária total	Tempo mínimo de IC*	Tempo máximo de IC*
Direito	Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira	150	Diurno e Noturno	Semestral	3.830 h/a	05 anos	08 anos

* Integralização curricular

A. 2 - CORPO DOCENTE

QUALIFICAÇÃO		
Titulação	Área do conhecimento	Totais
Doutores	Direito Constitucional (03); sem especificação de área (01)	04
Mestres	Direito Constitucional (02); Direito Civil (01); Economia Rural (01)	04
Especialistas	Direito Empresarial (02); Direito Público (06); Direito Processual (01); Criminologia (01); Direito Civil (01); Direito Civil e Processual Civil (01); Direito Constitucional (01)	13
Graduados	Direito (04)	04
TOTAL		25
Não consta no processo o regime de trabalho para contratação dos professores indicados para ministrar as disciplinas do curso.		

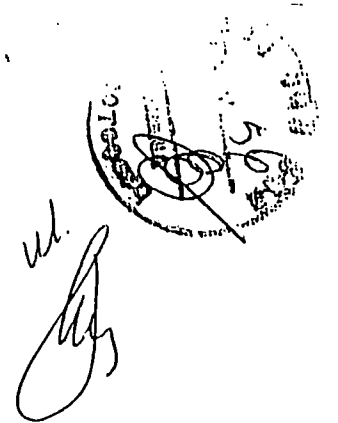
SF

Professor	Disciplina	C/H Sem.Tur.	C/H Total	Titulação
1. Afrânio Hilet Terra	➤ Direito Econômico (Opcativa)	0-1h/a	80h/a	Graduação: Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração de Empresas - Governador Valadares - 1987. Bacharel em Direito pela FADIVALE - Governador Valadares - 1993. Especialização: FADIVALE - Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Comercial, Direito Tributário - 1997 Mestrado: Universidade Gama Filho - RJ/ UNIVALE - Governador Valadares Área: Direito - Estado e Cidadania.
	➤ Direito de Concorrência (Opcativa)	0-1h/a	80h/a	
	➤ Direito Civil II Obrigações	0-3h/a	60h/a	
2. Alessandro Mendes Cardoso	➤ Direito Fiscal e Tributário I	0-3h/a	60h/a	Graduação: Bacharel em Direito pela UFMG - 1999. Especialização: PUC/MG - Direito da Empresa - 2000 - Em curso.
	➤ Direito Fiscal e Tributário II	0-3h/a	60h/a	
3. Bêtriz Souza Costa	➤ Direito Ambiental	0-1h/a	80h/a	Graduação: Bacharel em Direito - UFMG - 1992 Especialização: Centro de Atualização em Direito - CAD Convênio Universidade Gama Filho - 1999/RJ Área: Direito Público. Mestrado: UFMG - Área: Direito Constitucional
	➤ Seminário de Direito Ambiental II	0-1h/a	20h/a	
	➤ Tópicos de Direito Ambiental (opcativa)	0-1h/a	80h/a	
4. Bernardo Gonçalves Albedo Fernandes	➤ Introdução no Estado do Direito	0-3h/a	60h/a	Graduação: Bacharel em Direito - UFMG - 1997 Especialização: UFMG - Direito Constitucional - 1999 Mestrado: UFMG - 2000 Área: Direito Constitucional
	➤ Seminário de Ética Jurídica	0-1h/a	20h/a	

5.	Bruno Dutra	Teoria Geral do Processo	03h/a	60h/a	Graduação: Bacharel em Direito pela FADIVALE - Governador Valadares em 1990 Especializandor FADIVALE - Governador Valadares - Direito Público - 1993 Mestrado: Universidade (maio Filho - RJUNIVALE) - Governador Valadares - Direito - Escrito e Oralidade
		Estágio Supervisionado III	06h/a	120h/a	
6.	Bruno Wanderley Junior	Estágio Supervisionado I (Laboratório)	04h/a	80h/a	Graduação: Bacharel em Direito pela UFMG.
		Estágio Supervisionado II	04h/a	80h/a	Doutorado: Doutor em Direito Constitucional pela UFMG - 2000 Dissertação: Focos Constitucionais Internacionais de Saúde Pública: Mestre em Direito Constitucional pela UFMG - 1999. Tese: Conselho Internacional de Meio Ambiente.
7.	Chafiz Caribini Lages	Filosofia e Ética Geral	03h/a	60h/a	Graduação: Bacharel em Direito UFMG - 1998 Mestrado: Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Área: Direito Processual.
		Filosofia Jurídica	02h/a	40h/a	
8.	Daury César Fabríz	Sociologia Geral	03h/a	60h/a	Graduação: Bacharel em Direito pelo Centro Superior de Ciências Sociais
		Sociologia Jurídica	03h/a	60h/a	de Vila Velha - Espírito Santo - 1988. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do ES - 1994. Mestrado: Mestre em Direito Constitucional pela UFMG - 1998.
9.	Denise do Carvalho Folégio	Direito Administrativo I	03h/a	60h/a	Graduação: Bacharel em Direito pela UFMG - 1998 Mestrado: UFMG
		Direito Administrativo II	03h/a	60h/a	Área: Direito Constitucional.



10. Eugênio Guimarães	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Introdução a Ciência Política ➤ Direito Civil III - Contratos I ➤ Direito Civil IV - Contratos II 	03h/a 03h/a 03h/a	60h/a 60h/a 60h/a	<p>Graduação: Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de MG em 1986.</p> <p>Especialização: FADIVALE - Governador Valadares - Direito Processual Civil - 1993.</p> <p>Mestrado: Faculdade de Direito Milton Campos - BH Área Direito Empresarial</p>
11. Fátima Aurélio Barbosa Baracho Maroun	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Direito Constitucional I ➤ Direito Constitucional II 	04h/a 04h/a	80h/a 80h/a	<p>Graduação: Bacharel em Direito pela UFMG - 1984</p> <p>Mestrado: UFMG - área: Direito Constitucional</p>
12. Herbert Campos Dutra	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Direito Comercial I ➤ Direito Comercial II ➤ Direito Comercial III 	04h/a 03h/a 03h/a	80h/a 60h/a 60h/a	<p>Graduação: Bacharel em Direito pela FADIVALE - Governador Valadares - 1986.</p> <p>Especialização: FADIVALE - Direito Público - 1996. FADIVALE - Direito Empresarial - 1997.</p> <p>Mestrado: Universidade Gama Filho / UNIVALE. Área: Estado e Cidadania - Direito Público.</p>
13. Iolanda Morais Torres Magalhães	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Língua Portuguesa ➤ Direito e Linguagem ➤ Metodologia de Trabalho Científico 	03h/a 04h/a 03h/a	60h/a 80h/a 60h/a	<p>Graduação: Letras - Português/Inglês pela Pontifícia Universidade Católica de MG.</p> <p>Bacharel em Direito pela FADIPA - Faculdade de Direito de Ipatinga - 05-02-1999.</p> <p>Mestrado: Universidade Gama Filho - RS/UNIVALE Área: Estado e Cidadania.</p>
14. João Lopes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Direito Processual Penal I ➤ Direito Processual Penal II 	03h/a 03h/a	60h/a 60h/a	<p>Graduação: Bacharel em Direito pela Fundação Municipal de Ensino Superior do Conselheiro Lafaiete/1978.</p> <p>Especialização: Academia de Polícia Civil de MG - Criminologia - 1980.</p> <p>Faculdade de Direito de Sete Lagoas. Direito Penal e Processual Penal / 1997</p> <p>Mestrado: Fundação João Pinheiro MG.</p>

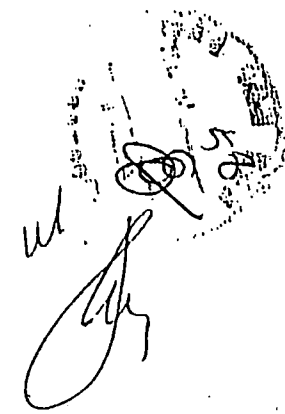


 A circular stamp is visible on the right side of the page, containing some illegible text and a signature. Below the stamp is a large, stylized handwritten signature.

15. José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Direito Mineiro ↳ Seminário de Direito Ambiental ↳ Processos Coletivos 	03h/a 04h/a 04h/a	60h/a 20h/a 80h/a	<p>Graduação: Bacharel em Direito pela UFMG/20-07-1990</p> <p>Mestrado: Mestre em Direito Constitucional UFMG/29-06-1993 Master of Law pela Harvard Law School / Cambridge, MS, USA. Doutorado: Doutor em Direito Constitucional pela UFMG/Tese Responsabilidade Civil por dano ao meio ambiente/17-03-1998. Pós-Doutorado: Harvard Law School de 08-1998 a 07-1999.</p>
16. Leonardo Nemer Caldeira Bram	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Direito Internacional Público ↳ Direito Comunitário (Optativa) 	03h/a 04h/a	60h/a 80h/a	<p>Graduação: Bacharel em Direito UFMG - 1991. Mestrado: UFMG - Direito Constitucional Dissertação: O direito ao desenvolvimento como direito humano - 1994. Doutorado: Universidade Paris-França-2000. Tese: L'autorité de la chose jugée</p>
17. Marcellio Evangelino Pinonta	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Direito das Relações Agrárias ↳ Direito Civil V - Posse ↳ Direito Civil VI - Propriedade 	03h/a 03h/a 03h/a	60h/a 60h/a 60h/a	<p>Graduação: Bacharel em Direito pela FADIVALE - Governador Valadares em 1977.</p> <p>Especialização: FADIVALE - Governador Valadares - Direito Público - 1993. FADIVALE - Governador Valadares - Direito Civil - 1996. FADIVALE - Governador Valadares - Direito Empresarial - 1997.</p> <p>Mestrado: Universidade Gama Filho-RJ/UNIVALE - Governador Valadares. Área: Direito - Estado e Cidadania.</p>
18. Milton Vasques Thibau de Almeida	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Direito Civil I - Teoria Geral do Direito ↳ Direito Processual do Trabalho ↳ Direito Previdenciário e Seguridade Social 	04h/a 03h/a 03h/a	80h/a 60h/a 60h/a	<p>Graduação: Bacharel em Direito pela UFMG - 1979 Especialização UFMG: Direito do Trabalho - 1983 - UFMG - Direito Civil - 1985. UFMG: Direito Constitucional - 1996. Mestrado: Mestre em Direito Civil pela UFMG - 1990. Dissertação: Natureza Jurídica e procedimento da correição parcial.</p>

Handwritten signature and circular stamp of the UFMG Faculty of Law (FACULDADE DE DIREITO) with the number 53.

19. Mirian Célia Gonçalves de Almeida	<ul style="list-style-type: none"> ☛ Economia Política 	03h/a	60h/a	<p>Graduação: Bacharel em Ciências Econômicas pela UFV Viçosa em 1994</p> <p>Mestrado: Mestre em Economia Rural pela UFV - Viçosa.</p> <p>Dissertação: Credibilidade Cambial do Plano Real: uma análise empírica - 1997.</p>
20. Roberto Apolinário de Castro	<ul style="list-style-type: none"> ☛ Direito Civil VII - Família ☛ Direito Civil VIII - Sucessões ☛ Direito da Criança e do Adolescente (Optativa) 	03h/a	60h/a	<p>Graduação: Bacharel em Direito pela FADIVALE - Governador Valadares em 1985.</p> <p>Especialização: FADIVALE - Governador Valadares - Direito do Trabalho e Processual Trabalhista - 1998.</p> <p>Direito Civil e Processo Civil - 1999.</p> <p>Mestrado: Universidade Gama Filho - RJ/ UNIVALE - Governador Valadares.</p> <p>Área: Estado e Cidadania.</p>
21. Rômulo Figueiredo Evrasto	<ul style="list-style-type: none"> ☛ Direito do Consumidor ☛ Seminário de Direito Administrativo I ☛ Seminário de Direito Administrativo II ☛ Tópicos de Direitos do Consumidor (Optativa) 	02h/a	40h/a	<p>Graduação: Bacharel em Direito pela Fundação Universidade de Itaboraí - Faculdade de Direito/1993.</p> <p>Especialização: Fundação Educacional Monsenhor Messias - Faculdade de Direito de Sete Lagoas - Direito Público - 1996.</p> <p>Mestrado: Universidade Gama Filho/UNIVALE.</p> <p>Área: Estado e Cidadania</p> <p>Dissertação: A Cidadania do Adolescente Infrator - Eficácia das Medidas Sócio - Educativas da Lei.</p>
22. Ronald Amaral Júnior	<ul style="list-style-type: none"> ☛ Direito Penal I ☛ Direito Penal II ☛ Direito Penal III 	04h/a	80h/a	<p>Graduação: Bacharel em Direito pela FADIVALE - Governador Valadares - 1989.</p> <p>Especialização: FADIVALE - Direito Público - 1996.</p> <p>Mestrado: Universidade Gama Filho/UNIVALE.</p> <p>Área: Estado e Cidadania</p>



Handwritten signature and circular stamp, likely an official seal or signature of the document's author or reviewer.

23. Silvano Gomes da Silva	<ul style="list-style-type: none"> ☛ Direito do Trabalho I ☛ Direito do Trabalho II 	0-1h/a	80h/a	<p>Graduação: Bacharel em Direito pela FADIVALE - Governador Valadares - 1987.</p> <p>Especialização: FADIVALE - Direito Público - 1994.</p> <p>Mestrando: Universidade Gama Filho-RJ/UNIVALE - Governador Valadares.</p> <p>Área: Estado e Cidadania.</p>
24. Telma Ieda Sorice Barreto Fabriz	<ul style="list-style-type: none"> ☛ Teoria Geral do Estado ☛ Direito do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (Opativa) 	0-3h/a	60h/a	<p>Graduação: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos - BH - 1993.</p> <p>Especialização: UFMG - Direito Constitucional.</p> <p>Mestranda: UFMG - Área: Direito Constitucional</p>
25. Tereza Cristina Sorice Barreto Thibau	<ul style="list-style-type: none"> ☛ Direito Processual Civil I ☛ Direito Processual Civil II 	0-3h/a	60h/a	<p>Graduação: Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de MG</p> <p>habilitação em Orientação Educacional - 1982.</p> <p>Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas de Direito Cândido Mendes</p> <p>Mestrado: Direito Constitucional pela UFMG - 1985.</p> <p>Doutorado: direito Constitucional pela UFMG.</p>



A circular stamp with illegible text is partially visible, overlaid with a large, stylized handwritten signature in black ink.

b) Currículo pleno proposto para o curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas de Itabira (FACH), com ementário das disciplinas e indicação de bibliografia básica

1º Semestre	CH
Introdução ao Estudo do Direito	60
Introdução à Ciência Política	60
Economia Política	60
Sociologia Geral	60
Teoria Geral do Estado	60
Língua Portuguesa	60
Total	360
2º Semestre	CH
Direito Civil I - Teoria Geral do Direito	80
Direito Constitucional I	80
Direito Penal I	80
Sociologia Jurídica	60
Direito e Linguagem	80
Total	380
3º Semestre	CH
Direito Civil II - Obrigações	60
Direito Constitucional II	80
Direito Penal II	80
Direito Comercial I	80
Direito do Trabalho I	80
Total	380
4º Semestre	CH
Direito Civil III - Contratos I	60
Direito Penal III	60
Direito Comercial II	60
Direito do Trabalho II	60
Teoria Geral do Processo	60
Metodologia do Trabalho Científico	60
Atividades Complementares I	30
Total	390
5º Semestre	CH
Direito Civil IV - Contratos II	60
Direito Comercial III	60
Direito Processual do Trabalho	60
Direito Processual Penal	120
Direito das Relações Agrárias	60
Atividades Complementares II	60
Total	420

6º Semestre	CH
Direito Civil V - Propriedade	60
Direito Administrativo I	80
Direito Internacional Público	80
Direito Ambiental	80
Seminário de Direito Comercial	20
Atividades Complementares III	60
Total	380
7º Semestre	CH
Direito Civil VI - Posse	60
Direito Administrativo II	80
Direito Fiscal e Tributário I	60
Direito Internacional Privado	80
Seminário de Direito Ambiental	20
Atividades Complementares IV	60
Total	360
8º Semestre	CH
Direito Civil VII - Família	60
Direito Fiscal e Tributário II	60
Filosofia Geral	60
Ética Geral	40
Seminário de Direito Administrativo	20
Estágio Supervisionado I (Laboratório Jurídico)	80
Atividades Complementares V	60
Total	380
9º Semestre	CH
Direito Civil VIII - Sucessão	60
Filosofia Jurídica	40
Ética Jurídica	60
Direito Processual Civil	120
Estágio Supervisionado II (Atividades de Assistência Jurídica)	120
Total	400
10º Semestre	CH
*Optativas	240
Seminário de Direito Civil	20
Estágio Supervisionado III (Atividades de Assistência Jurídica)	120
Monografia	
Total	380
Total Geral do Curso	3.830